



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SAMILLY DOS SANTOS SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES**

BRAGANÇA- PA

2026

SAMILLY DOS SANTOS SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado à
Universidade Federal do Pará, Campus
Universitário de Bragança, como requisito parcial
para obtenção do Grau de Curso de Licenciatura
em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Neide M F R de Sousa

BRAGANÇA-PA

2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor e sustentador da minha vida. Em todos os momentos desta caminhada acadêmica, Ele esteve ao meu lado, fortalecendo-me nas dificuldades e renovando minhas forças para que eu chegasse até aqui. Como diz a Palavra de Deus: "Até aqui nos ajudou o Senhor" (1 Samuel 7:12).

Aos meus pais, Valter e Silvia, por todo o amor, apoio, incentivo e pelos esforços realizados para que eu pudesse concluir esta etapa. Minha eterna gratidão por sempre acreditarem em mim.

Aos meus irmãos, Jamily, Silvine e Jamison, aos meus sobrinhos e ao meu tio, Alessandro, pelo carinho, incentivo e apoio, inclusive financeiro, sempre que precisei.

Ao meu cunhado, por toda a disponibilidade em realizar meu traslado para a faculdade durante essa jornada.

Ao meu namorado, Nérias, pelo apoio, incentivo e por estar sempre disposto a me ajudar quando necessário.

Aos meus amigos da faculdade, Érica, Elane e Wesley, por compartilharem comigo os desafios, aprendizados e conquistas dessa caminhada.

Ao professor Hélio, pelo incentivo e pelos ensinamentos que marcaram minha trajetória desde os primeiros anos da vida escolar.

À minha orientadora, Profa. Dra. Neide M. F. R. de Sousa, pela dedicação, orientações e contribuições essenciais para a realização deste trabalho.

Aos professores da graduação, pelos conhecimentos compartilhados e pela contribuição para minha formação acadêmica e pessoal.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada. Cada gesto de apoio, incentivo e oração contribuiu para que este sonho se tornasse realidade.

E se algum de vós tem falta de sabedoria, peça-a Deus, que a todos dá liberalmente, e o não lança em rosto, e ser-lhe-á dada (Tiago 1:5).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a Educação Especial inclusiva na relação com a Educação Infantil, com foco nos desafios do processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo foi mapear e analisar as teses e dissertações, acerca da inclusão de crianças com TEA nesse contexto educacional. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem bibliográfica, do tipo Estado de Conhecimento, utilizando como fontes o catálogo de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira (BDTD), considerando o período de 2015 a 2025. Os resultados evidenciaram que, apesar dos avanços na legislação brasileira voltada à educação inclusiva, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, às práticas pedagógicas, à mediação do processo de ensino e aprendizagem, à interação social e à articulação entre escola e família. As análises demonstram que a inclusão efetiva depende de intervenções pedagógicas intencionais, da formação continuada dos professores e da construção de ambientes escolares que valorizem a diversidade e promovam a participação ativa das crianças com TEA. Conclui-se que a inclusão na Educação Infantil requer compromisso institucional, práticas pedagógicas inclusivas e ações colaborativas que assegurem o desenvolvimento integral e o direito à aprendizagem de todas as crianças.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Educação Infantil. Formação docente. Estado do Conhecimento.

ABSTRACT

This capstone project focuses on inclusive special education within the context of early childhood education, specifically addressing the challenges associated with the learning and development processes of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). The objective was to map and analyze the theses and dissertations regarding the inclusion of children with ASD. In this educational context. The research is characterized by a bibliographic approach, of the State of the Art type, using as sources the catalog of Theses and Dissertations of the Brazilian Digital Library (BDTD), considering the period from 2015 to 2025. The results showed that, despite advances in Brazilian legislation aimed at inclusive education, challenges related to teacher training, pedagogical practices, mediation of the teaching and learning process, social interaction, and the articulation between school and family still persist. The analyses demonstrate that effective inclusion depends on intentional pedagogical interventions, ongoing teacher training, and the construction of school environments that value diversity and promote the active participation of children with ASD. It is concluded that inclusion in Early Childhood Education requires institutional commitment, inclusive pedagogical practices, and collaborative actions that ensure the integral development and the right to learning for all children.

Keywords: Inclusive Education. Autism Spectrum Disorder. Early Childhood Education. Teacher training. State of knowledge.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL	10
3. METODOLOGIA	11
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
4.1 O desafio de acesso e a dicotomia entre os planos formal e real	14
4.2 Formação docente e a superação do senso comum	16
4.3 Interação social e processamento cognitivo no TEA	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a Educação Especial inclusiva na Educação Infantil, com ênfase na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. A temática tem ganhado destaque nas discussões educacionais em razão da necessidade de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo a igualdade de oportunidades.

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica no Brasil e desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral da criança. Segundo Klammer (2006), esse nível de escolarização deve garantir experiências educativas que promovam o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e cultural das crianças, respeitando suas singularidades e necessidades. Para Oliveira (2011), a criança é compreendida como sujeito histórico e social, que constrói conhecimento por meio das interações estabelecidas com outras crianças, adultos e com o meio em que vive. Nesse sentido, a criança é reconhecida como sujeito de direito, possuindo necessidades, potencialidades e formas próprias de aprender e se desenvolver.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil ultrapassa a função assistencialista e assume um compromisso pedagógico voltado à formação integral dos sujeitos. Esta mudança é sustentada por uma "nova doutrina" que, a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passa a definir a criança como um sujeito de direitos. Contudo, a universalização do acesso permanece como uma luta constante, visto que a obrigatoriedade de matrícula para crianças de 4 e 5 anos ainda coexiste com o desafio de atingir as metas de atendimento para a faixa de 0 a 3 anos, evidenciando que muitas crianças ainda são excluídas dessas instituições.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), esta etapa tem como finalidade o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, atuando de forma complementar à ação da família e da comunidade. No contexto educacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) estabelecem as interações e a brincadeira como eixos norteadores das práticas pedagógicas, favorecendo o desenvolvimento integral das crianças por meio de diferentes experiências e linguagens. Dessa forma, o trabalho pedagógico deve estar fundamentado na indissociabilidade entre o cuidar, o educar e o brincar.

Na atualidade, a política educacional assegura o direito de diferentes grupos sociais, como crianças com deficiência, à inclusão na escola regular. Nessa direção, um dos públicos da educação especial inclusiva que frequenta a educação infantil é a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão de crianças com TEA no processo de aprendizagem e desenvolvimento apresenta-se como um dos maiores desafios da educação contemporânea. O crescente número de matrículas desse público exige a problematização de questões como a acessibilidade, a elaboração de políticas curriculares específicas e a criação de redes de apoio efetivas dentro das instituições de ensino.

Portanto, a efetivação da educação inclusiva no Brasil não se restringe ao cumprimento de dispositivos legais; ela envolve condições concretas relacionadas à formação docente e à organização pedagógica. A complexidade do trabalho docente exige processos formativos que articulem conhecimentos científicos e práticas reflexivas sobre o cotidiano escolar. No entanto, muitas vezes as práticas pedagógicas ainda enfrentam fragilidades, centrando-se nas limitações das crianças e negligenciando seu reconhecimento enquanto sujeitos históricos e sociais.

Esse cenário evidencia desafios institucionais e formativos que tencionam as práticas docentes e reafirmam a necessidade de reflexão acerca da formação de professores para o atendimento à diversidade.

Nesse contexto, torna-se relevante compreender como a produção científica brasileira tem discutido a inclusão de crianças com TEA na Educação infantil, bem como as estratégias pedagógicas mobilizadas no contexto educacional inclusivo. Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais são as tendências, desafios e estratégias pedagógicas identificados na produção Acadêmica Brasileira de Teses e Dissertações, entre 2015 e 2025, no que se refere à inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil? Assim, a presente investigação tem como objetivo geral mapear e analisar a produção acadêmica (teses e dissertações) brasileiras acerca da inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil e como objetivos específicos:

- 1) caracterizar os objetivos das pesquisas;
- 2) compreender os principais conceitos destacados nas teses e dissertações referente à educação infantil inclusiva no que se refere ao atendimento com crianças com TEA.

A partir dos aspectos anteriormente destacados nesta seção, organizamos o presente artigo em cinco seções, considerando esta introdução. Na segunda seção, apresentamos a discussão sobre a temática da educação inclusiva e do processo de aprendizagem de crianças com TEA a partir do referencial teórico da área da educação. Na terceira seção, descrevemos os aspectos metodológicos da presente pesquisa, caracterizada como um Estado de

Conhecimento. Na quarta seção, apresentamos os resultados e discussão e por fim, na quinta seção, apresentamos as considerações finais relacionadas aos estudos analisados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

Para que seja possível entender a verdadeira inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, é preciso, primeiramente, conhecer a história da Educação Especial e as ideias desenvolvidas ao longo de outros estudos sobre as pessoas com deficiência. Por muitos séculos, prevaleceu sobre esse tema uma visão mais assistencialista e médico-clínica que basicamente considerava pessoas vistas como diferentes incapazes de aprender. Como resultado dessa visão, essas pessoas eram deixadas à margem em instituições especializadas ou excluídas dos ambientes escolares. Segundo Jannuzzi (2004), a trajetória da Educação Especial no Brasil foi caracterizada por práticas excludentes, em que predominava a noção de incapacidade, limitando o acesso dessas pessoas aos processos educacionais.

No entanto, essa ideia começou a se transformar com o tempo, ao longo do século XX, principalmente depois do surgimento do movimento de “integração” nas escolas. Ao contrário da visão da exclusão, a integração começou a promover a inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes escolares de maneira mais regulares. Mas, de acordo com Marchesi e Palacios (2004), esse novo modelo ainda acabava colocando a responsabilidade de se adaptar às regras da escola nas mãos do aluno, sem realmente colocar essas mudanças significativas na estrutura do ensino. Desse modo, mesmo que a integração representasse esse progresso em comparação com o modelo antigo, ela ainda mantinha muitas práticas “seletivas” que impediam a participação real dos estudantes com deficiência.

Para Mantoan (2015), a inclusão representa uma mudança fundamental de paradigma que supera o modelo integracionista ao deslocar o foco da adaptação do estudante para a transformação da própria estrutura escolar. Essa perspectiva não é uma escolha pedagógica isolada, mas encontra sustentação política e ética na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que estabeleceu globalmente o compromisso de que as instituições de ensino se adaptem às necessidades dos alunos, e não o contrário. No cenário brasileiro, essa articulação entre a teoria e a norma internacional reflete-se na Constituição Federal de 1988 e na LDB (Lei nº 9.394/1996), que consolidaram o atendimento preferencial na rede regular, transformando a inclusão em um direito inalienável de todos os sujeitos.

Essa garantia de direitos é reforçada pela Lei Berenice Piana (2012) e pelo Decreto nº 12.686/2025, que conferem visibilidade jurídica específica à condição das pessoas com TEA. Ao compreender o autismo sob a ótica da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) como um espectro de variações na comunicação e interação social, a legislação brasileira assegura que a inclusão ultrapasse a mera matrícula burocrática. Assim, exige-se da escola a oferta de suportes específicos e intervenções pedagógicas planejadas que respeitem a singularidade e os níveis de suporte de cada educando no contexto da Educação Infantil.

Apesar de todos esses fatores, as pesquisas feitas durante este trabalho mostram que ainda existem muitos obstáculos para a inclusão escolar. Vários deles indicam que muitos professores se sentem inseguros em relação às demandas apresentadas por alunos com TEA, principalmente no que diz respeito à comunicação, ao planejamento pedagógico e a como colocá-los dentro da sala de aula. De acordo com Neves (2025), a “formação continuada” é essencial para que os professores entendam cada detalhe do transtorno e criem estratégias pedagógicas inclusivas que se baseiem nesses detalhes.

Além da formação dos professores, estudos de Viana (2019), Caetano (2020) e Santos (2021) mostram que a inclusão também depende de práticas pedagógicas adequadas, do uso de recursos visuais, de formas alternativas de comunicação e da parceria entre escola e família. Essas ações ajudam a criança a participar das atividades, desenvolver sua autonomia, aprender e se relacionar melhor com os colegas.

3. METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, compreendida, segundo Bogdan e Biklen (1994), como uma abordagem investigativa voltada à compreensão dos fenômenos sociais em sua complexidade e em seus contextos específicos, valorizando os significados produzidos nas relações humanas e nos processos educativos. Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa possibilita compreender os fenômenos educacionais para além de dados quantitativos, considerando as múltiplas dimensões presentes na realidade investigada. No que se refere aos procedimentos metodológicos, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado de Conhecimento.

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 23).

Para estruturar este artigo, delimitamos o corpus da pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A escolha desse tipo de pesquisa justifica-se pela possibilidade de mapear e analisar a produção acadêmica brasileira relacionada à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, permitindo identificar tendências teóricas, recorrências metodológicas, contribuições científicas e lacunas presentes nas pesquisas desenvolvidas sobre a temática. Nesse sentido, o Estado do Conhecimento ultrapassa a perspectiva de um simples levantamento bibliográfico, configurando-se como um processo analítico e interpretativo da produção científica existente. Como fontes primárias de investigação, foram utilizados o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por constituírem importantes repositórios de armazenamento de produções acadêmicas no campo educacional. Para a realização das buscas sistemáticas, estabeleceu-se o recorte temporal entre os anos de 2015 e 2025, visando analisar a produção científica consolidada nos últimos dez anos.

Para o levantamento, foram definidos os seguintes descritores: “Educação Especial Inclusiva”, “Autismo” e “Educação Infantil”. Os descritores foram utilizados de forma combinada, considerando a pertinência temática em relação aos objetivos desta investigação. O processo de seleção ocorreu em etapas sucessivas: inicialmente, a busca inicial nas bases de dados; em seguida, a leitura de títulos e resumos; posteriormente, a seleção refinada mediante a leitura das introduções e considerações finais; e, por fim, a definição do corpus final de análise. Para garantir maior rigor metodológico, foram definidos critérios de inclusão e exclusão das produções encontradas nas bases de dados consultadas.

Foram incluídas teses e dissertações publicadas entre os anos de 2015 e 2025, disponíveis integralmente em formato digital e que abordassem a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Também foram consideradas pesquisas vinculadas à área da Educação e a áreas afins que dialogassem diretamente com temática investigada. Foram excluídos trabalhos duplicados identificados nas bases de dados, produções que abordavam o TEA em outras etapas de ensino sem relação com a Educação Infantil, estudos com foco predominantemente clínico, terapêutico médico sem articulação com o contexto educacional e trabalhos que, após a leitura dos resumos e das considerações finais, não apresentavam contribuição para os objetivos desta pesquisa.

O processo de refinamento ocorreu em etapas sucessivas. Inicialmente, foram identificados 135 trabalhos a partir dos descritores definidos nas bases de dados consultadas. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos e dos resumos para verificar a pertinência temática.

Posteriormente, procedeu-se à leitura das introduções e das considerações finais, com o objetivo de confirmar a relação direta entre os estudos e os objetivos da investigação.

Após esse processo de refinamento, foram selecionados 10 trabalhos, sendo 8 dissertações e 2 teses, os quais constituíram o corpus final de análise dessa pesquisa.

Os dados obtidos foram organizados em categorias construídas a posteriori, a partir das recorrências encontradas nas pesquisas, possibilitando a sistematização das discussões referentes aos desafios da aprendizagem, à formação docente e à articulação entre teoria e prática pedagógica no contexto da educação inclusiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos, nesta seção, os resultados e discussão dos dados obtidos por meio de um mapeamento de teses e dissertações que tratam da Educação Inclusiva de crianças diagnosticadas com TEA, com foco na Educação Infantil. Esta pesquisa configura-se como um estado de conhecimento, buscando analisar, descrever e interpretar a produção acadêmica da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A análise das produções selecionadas revelou elementos comuns ligados aos obstáculos para incluir crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil.

As pesquisas mostram que, apesar de a legislação brasileira ter progredido consideravelmente no reconhecimento do direito à educação inclusiva, ainda existem barreiras que impedem a implementação de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, o desenvolvimento e a integração social dessas crianças no contexto escolar.

A partir da leitura e análise das pesquisas selecionadas, foram identificadas três categorias principais para esse estudo: as barreiras à inclusão e os desafios presentes no processo de aprendizagem; a formação docente e as práticas pedagógicas inclusivas; e a interação, comunicação e desenvolvimento das crianças com TEA na Educação Infantil.

Quadro 1 - Teses e Dissertações

(continua)

Título do trabalho	Autor (a) / ano
A política de educação inclusiva nas escolas municipais de Toledo-Paraná no período de 2008 a 2012: Um estudo da implementação das salas de recursos multifuncionais	Bruna Nathaly Silveira, 2015

Quadro 1 - Teses e Dissertações

(conclusão)

Processo educacional de crianças com Transtorno de Espectro Autista na Educação Infantil: Interconexões entre contextos.	Simone Catarina de Oliveira Rinaldo, 2016
A interpretação de metáforas primárias por crianças com TEA	Ana Paula Freitas Onety, 2018
O processo de inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil	Isaac Pereira Viana, 2019
Interação e comunicação de crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA) em aulas de Educação Física Infantil	Ubirajara da Silva Caetano, 2020
Aprendizado e desenvolvimento da criança com diagnóstico de autismo na educação Infantil	Izaionara Cosmea Jadjesky, 2020
Educação inclusiva: práticas pedagógicas colaborativas para estudantes com transtorno do espectro do autismo	Neide Maria Santos, 2021
Crianças com TEA na educação infantil: estratégias de inclusão baseadas em características sensoriais	Rosilene Pereira Barreto da Silva, 2023
Infância e educação especial: A avaliação da ação pedagógica do PAAI	Juliana Saes Pantiga Gomes, 2024
Tematização da prática nos processos formativos: a inclusão de estudantes com TEA na educação infantil	Daniela Ferreira Severino Neves, 2025

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

4.1 O desafio de acesso e a dicotomia entre os planos formal e real

Embora haja avanços nas políticas educacionais voltadas para a Educação Inclusiva, os estudos analisados mostram que ainda existem muitos obstáculos para incluir crianças com TEA na Educação Infantil. A implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em Toledo, ocorrida entre 2008 e 2012, representou a "porta de entrada" para a educação regular. No entanto, Silveira (2015) observa uma clara dicotomia entre o plano formal (documentos e leis) e o plano real (cotidiano escolar). Enquanto o plano formal garante a matrícula, o plano real falha em assegurar a permanência e a qualidade, devido à precariedade da rede de apoio intersetorial.

Nessa mesma linha, o estudo realizado por Viana (2019) demonstra que ter leis e políticas públicas em vigor não garante, por si só, a inclusão escolar. De acordo com o autor, ainda existem obstáculos que restringem a inclusão de crianças autistas no ambiente escolar,

sendo as barreiras atitudinais nas instituições de ensino as mais relevantes. Percebe-se, assim, que tanto Silveira quanto Viana convergem para a mesma tese: a inclusão não se encerra no ato administrativo da matrícula, mas exige o enfrentamento das "barreiras invisíveis" presentes no cotidiano.

Os resultados indicam que muitos educadores ainda enfrentam desafios para entender as particularidades do Transtorno do Espectro Autista e para criar estratégias que atendam às necessidades desses alunos. Essa circunstância leva à inclusão apenas parcial, limitando-se frequentemente à presença física da criança na escola, sem garantir sua participação efetiva nas atividades pedagógicas e nas interações sociais. Essa "presença sem participação" é o que a literatura mapeada denomina como inclusão meramente formal, denunciando que a escola muitas vezes se adapta ao aluno apenas no papel.

Nesse contexto, Viana (2019) ressalta que a criação de uma escola inclusiva requer transformações que vão além de ajustes estruturais e investimentos em recursos materiais. É imprescindível fomentar mudanças nas ideias e comportamentos dos profissionais que participam do processo educativo, reconhecendo a diversidade como um elemento fundamental do ambiente escolar. A inclusão implica em aceitar as diferenças e garantir o direito à aprendizagem para todos os alunos (Viana, 2019, p. 67).

Essa discussão sobre a limitação da presença física está diretamente relacionada aos resultados obtidos por Caetano (2020) e Rinaldo (2016), que investigaram a interação e a comunicação de crianças com TEA durante as aulas de Educação Física na Educação Infantil. O autor notou que, em várias circunstâncias, as crianças autistas ficavam isoladas durante as atividades, sem criar vínculos significativos com os colegas. Os dados mostraram que apenas colocar a criança em ambientes compartilhados não garante sua participação ativa, destacando a importância de intervenções pedagógicas intencionais.

Além disso, o estudo revelou que a falta de mediação por parte dos profissionais contribui para o isolamento social das crianças. Em várias ocasiões, os alunos com TEA ficavam excluídos das atividades em grupo, evidenciando que a inclusão escolar exige medidas organizadas e consistentes para promover sua participação. Essa constatação reforça a ideia de que a inclusão não deve ser vista apenas como acesso à escola, mas como a garantia de condições adequadas para a aprendizagem e o desenvolvimento.

[...] Apesar de ser proposto as crianças que todos brincassem com algum colega, no início da aula José ficará sozinho até o momento em que o professor fez mediação entre as crianças até José. A aula no salão apresentou do mesmo modo grupos de meninas com meninas e meninos em outro canto com meninos somente. Apenas na caixa labirinto que houve a interação das crianças (Caetano, 2020, p. 198).

Outro ponto importante destacado nas pesquisas diz respeito aos desafios que as instituições de ensino enfrentam para atender às necessidades específicas das crianças com TEA. Dentre os principais obstáculos identificados, destacam-se a ausência de materiais pedagógicos adaptados, a carência de suporte especializado, a falta de capacitação específica para os docentes e os problemas de comunicação entre escola e família. Esses fatores afetam diretamente a qualidade das experiências de aprendizado que os alunos recebem.

Assim, os estudos examinados convergem ao apontar que os obstáculos à inclusão escolar estão ligados tanto às particularidades institucionais quanto às práticas implementadas no dia a dia escolar. Para superar esses obstáculos, é necessário investir continuamente em capacitação, planejamento e criação de ambientes que incentivem a participação ativa de todas as crianças.

4.2 Formação docente e a superação do senso comum

Um dos aspectos mais comuns nas produções analisadas é a formação de professores como um elemento essencial para a implementação da inclusão escolar. As pesquisas mostram que muitos docentes se sentem inadequadamente preparados para trabalhar com crianças diagnosticadas com TEA, principalmente em contextos que envolvem problemas de comunicação, comportamentos particulares e ajustes pedagógicos essenciais para o processo de ensino-aprendizagem.

O estudo realizado por Neves (2025) e Santos (2021) destacam que a ausência de formação especializada é um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais da Educação Infantil. Neves (2025) constatou que a falta de conhecimento sobre as características do TEA afeta diretamente a criação de estratégias pedagógicas apropriadas e a execução das atividades em sala de aula. Jadjesky (2020) contribui para esta discussão ao afirmar que, para superar o senso comum, o professor deve assumir um papel mediador da cultura, focando nas potencialidades da criança e não apenas no diagnóstico.

Em relação ao objetivo geral do estudo, ele foi alcançado, uma vez que foi possível identificar os desafios enfrentados pelas educadoras e desenvolver intervenções que promoveram avanços significativos nas práticas pedagógicas. No entanto, após realizar os três estudos, algumas sugestões para futuras investigações podem ser destacadas. Primeiramente, seria interessante ampliar os encontros formativos, considerando que a tematização da prática envolve questões complexas que podem ser exploradas de forma mais profunda em diversas oportunidades. A troca de experiências e a reflexão constante entre as educadoras têm grande impacto no desenvolvimento das práticas pedagógicas e pode tornar as intervenções mais eficazes (Neves, 2025, p. 102).

Aqui, o diálogo entre Neves (2025) e Jadjesky (2020) revela que a formação não deve ser apenas técnica, mas uma mudança de postura ética diante do aluno. A necessidade de uma base teórica sólida é reforçada por Rinaldo (2016), que observa que muitos educadores ainda baseiam suas práticas no senso comum, o que pode levar a expectativas baixas sobre o potencial do aluno. Um exemplo crítico dessa limitação cognitiva é o mito da literalidade estrita no autismo. Onety (2018) "conversa" com essa problemática ao demonstrar que crianças com TEA possuem plena capacidade de interpretar metáforas primárias ligadas a experiências sensoriais. Ao cruzar Jadjesky e Onety, entende-se que a mediação pedagógica eficaz é aquela que desafia a criança, reconhecendo nela uma capacidade de abstração que o senso comum costuma negar. Integrar esse conhecimento, como sugere Onety, permite que o professor elabore atividades coletivas que não subestimem a capacidade intelectual do educando.

Os resultados da pesquisa destacam a relevância da formação continuada como ferramenta para expandir os conhecimentos dos professores e fomentar o desenvolvimento de práticas mais inclusivas. De acordo com o autor, os processos de formação permitem que os docentes entendam melhor as demandas dos alunos com TEA, o que facilita a criação de intervenções pedagógicas mais eficientes e relevantes.

Um dos principais resultados do estudo diz respeito ao uso da tematização da prática como uma estratégia para a formação profissional. Essa metodologia envolve uma reflexão crítica sobre situações reais que os educadores enfrentam em seu dia a dia profissional. Os resultados mostraram que essa abordagem promove a construção conjunta de conhecimentos e ajuda no desenvolvimento de soluções mais apropriadas para os desafios enfrentados no ambiente escolar.

Depois de implementar as intervenções formativas, a autora notou alterações consideráveis no desempenho das profissionais participantes. Houve um aumento na compreensão das habilidades das crianças com TEA, maior domínio de técnicas pedagógicas inclusivas e fortalecimento da confiança para lidar com questões relacionadas ao processo de inclusão escolar.

Os resultados de Neves (2025) confirmam as considerações propostas por Viana (2019), que também enfatiza a importância de capacitar os profissionais da educação como um requisito essencial para a criação de ambientes inclusivos. Ambas as pesquisas demonstram que a inclusão escolar está diretamente relacionada à habilidade dos professores em identificar as

particularidades dos alunos e ajustar suas abordagens às diversas demandas existentes em sala de aula.

Diante do exposto, emerge a necessidade de realizar um levantamento sobre os processos formativos que abriam possibilidades para esses profissionais, fornecendo-lhes as ferramentas e o suporte para promover a escolarização de estudantes com TEA de forma efetiva e inclusiva nas classes comuns (Neves, 2025, p. 23).

Além da capacitação, os estudos destacam a relevância do planejamento pedagógico como instrumento de inclusão. A organização de atividades flexíveis, o uso de recursos visuais, a adaptação de materiais e a diversificação das estratégias de ensino foram citadas com frequência como práticas que podem promover a participação e o aprendizado de crianças com TEA.

Assim, os resultados analisados sugerem que a capacitação de professores e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para promover uma educação que valorize a diversidade e garanta oportunidades de aprendizado para todos os alunos.

4.3 Interação social e processamento cognitivo no TEA

No âmbito da sala de aula, a mediação intencional é o fator que impede o isolamento social da criança. O estudo de Caetano (2020) mostrou que as crianças autistas enfrentam muitos desafios, sendo as dificuldades de interação social uma das principais. As observações do autor revelaram que a interação espontânea entre crianças com TEA e seus colegas era limitada, destacando a necessidade de intervenções que promovam a criação de laços sociais.

Embora houvesse esses desafios, a pesquisa mostrou que as atividades lúdicas planejadas podem aumentar significativamente as oportunidades de interação e comunicação. As brincadeiras, os jogos e as atividades colaborativas se mostraram ferramentas eficazes para incentivar a participação de crianças autistas e facilitar sua integração nos grupos.

Devido às dificuldades para a interação e a comunicação nas aulas de EF, dificuldades como falta de um plano coletivo com ações para as diferenças na instituição investigada, que possam dar apoio as aulas de EF, além do PPP, PCEI, PCEF e PME serem frágeis quanto a propostas para uma educação inclusiva, nesse processo de descobertas, foi possível criar algumas possibilidades como aproximar as crianças autistas e não autistas por meio das aulas de EF em um ambiente lúdico, facilitando, assim, a inclusão de crianças com TEA em parte das aulas (Caetano, 2020, p. 123).

Gomes (2024) defende que o aprendizado só ocorre por meio de intervenções sistemáticas que insiram a criança nas práticas culturais da escola.

Essa necessidade de inserção cultural defendida por Gomes (2024) encontra suporte prático no uso de recursos visuais e estratégias de comunicação alternativa é outro aspecto importante encontrado nas pesquisas. Caetano (2020) e Neves (2025) indicam que esses recursos facilitam a compreensão das tarefas escolares e expandem as oportunidades de expressão para crianças com TEA. Ademais, ajudam a diminuir os níveis de ansiedade e a fortalecer a autonomia dos alunos. Neste ponto, a pesquisa de Onety (2018) traz uma fala crucial para desconstruir o mito de que a criança com TEA é estritamente literal. A autora prova que esses alunos são capazes de interpretar metáforas primárias ligadas a experiências sensoriais (como "aceitar é engolir"). Encaixar esse achado na prática, como sugerem Silva (2023) e Neves (2025) por meio do uso de recursos visuais e comunicação alternativa, permite que o professor elabore atividades coletivas que desafiem o intelecto do aluno de forma acessível. Conclui-se que a inclusão real, segundo a visão conjunta desses autores, exige que a escola substitua o "cuidado passivo" por uma mediação intencional que reconheça a capacidade de abstração e desenvolvimento do aluno com TEA.

Além disso, as pesquisas mostram que as adaptações feitas para atender às necessidades das crianças autistas beneficiam todos os alunos. Recursos visuais, rotinas organizadas e metodologias variadas ajudam a estruturar o ambiente educacional e aumentam as chances de aprendizado para todos os alunos, reforçando os fundamentos da educação inclusiva.

Outro resultado relevante diz respeito ao envolvimento da família no processo de ensino. O estudo de Viana (2020) mostra que a colaboração entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento de crianças com TEA. A continuidade das intervenções e as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento são fortalecidas pelo compartilhamento de informações e pela criação de ações conjuntas.

Por fim, embora não haja um consenso, entre as pessoas entrevistadas, sobre haver ou não essa parceria entre os familiares e as escolas, é de fundamental importância que se reitere a necessidade dessa relação de parceria entre ambas as instituições sociais, família e escola, de modo que essas crianças tenham seu processo de inclusão escolar favorecido (Viana, 2019, p. 95).

Em geral, as pesquisas analisadas indicam que a inclusão escolar pode ter um impacto positivo significativo no desenvolvimento cognitivo, social, emocional e comunicacional de crianças autistas, desde que sejam implementadas práticas pedagógicas apropriadas e um ambiente acolhedor. No entanto, os resultados também mostram que a implementação desse processo depende do compromisso da escola em desenvolver estratégias que incentivem a participação ativa dos alunos e considerem suas particularidades.

Portanto, é possível afirmar que incluir crianças com TEA na Educação Infantil é um desafio constante para os sistemas educacionais, mas também uma chance de desenvolver práticas pedagógicas mais democráticas e humanizadas. Os estudos analisados convergem ao afirmar que a capacitação dos professores, a mediação pedagógica, o fortalecimento das relações sociais e a colaboração entre escola e família são essenciais para garantir o desenvolvimento integral e a aprendizagem das crianças em contextos inclusivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação atingiu seu objetivo ao mapear teses e dissertações sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil no recorte temporal de 2015 a 2025. Por meio do Estado de Conhecimento, foi possível constatar que, embora o Brasil possua um arcabouço legal robusto como a Constituição de 1988, a Lei nº 12.764/2012 e o recente Decreto nº 12.686/2025, que garante o direito à educação, existe uma nítida dicotomia entre o plano formal (leis e documentos) e o plano real (cotidiano escolar). Os estudos revelam que a simples garantia da matrícula não assegura a inclusão efetiva, resultando frequentemente em uma "inclusão parcial", caracterizada pela presença física da criança na escola sem que haja participação real nas atividades pedagógicas ou interações sociais significativas.

As evidências apontam que as barreiras atitudinais e a falta de mediação direta dos profissionais são obstáculos mais impactantes do que as limitações estruturais, levando, muitas vezes, ao isolamento do aluno dentro da sala de aula.

Nesse cenário, a formação docente emerge como o pilar central para a mudança de paradigma, sendo necessário que o professor supere o "senso comum" e foque nas potencialidades da criança, em vez de se restringir ao diagnóstico clínico. A estratégia da "tematização da prática" foi identificada como uma ferramenta formativa eficaz, pois promove a reflexão crítica sobre o cotidiano e a construção coletiva de soluções pedagógicas. Além disso, a pesquisa destaca que a inclusão real depende de intervenções pedagógicas intencionais, utilizando recursos como comunicação alternativa, apoios visuais e o aproveitamento do ambiente lúdico. O brincar e as atividades mediadas não apenas reduzem a ansiedade e fortalecem a autonomia da criança com TEA, mas também criam vínculos com seus pares, beneficiando todo o grupo escolar ao valorizar a diversidade. Por fim, as considerações reforçam que a escolarização democrática e humanizada do aluno com autismo exige um compromisso contínuo da instituição e o fortalecimento da parceria entre escola e família,

garantindo que o desenvolvimento integral da criança seja uma meta compartilhada por todos os envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

CAETANO, Ubirajara da Silva. **Interação e comunicação de crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA) em aulas de Educação Física Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2020.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GOMES, Juliana Saes Pantiga. **Infância e educação especial**: a avaliação da ação pedagógica do PAAI. 2024. 97 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2024.

INEP. **Censo Escolar de 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

JADJESKY, Izaionara Cosmea. **Aprendizado e o desenvolvimento de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil**. 2020. 166 f. Tese (Doutorado em Educação) -

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas sociais no Brasil: educação, saúde e assistência**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia Aguiar. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Summus, 2015.

NEVES, Daniela Ferreira Severino. **Tematização da prática nos processos formativos: a inclusão de estudantes com TEA na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2025.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ONETY, Ana Paula Freitas. **A interpretação de metáforas primárias por crianças com TEA**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Folha informativa: Autismo**. Genebra: OMS, 2023.

RINALDO, Simone Catarina de Oliveira. **Processo educacional de crianças com Transtorno de Espectro Autista na Educação infantil: Interconexões entre contextos**, 2016.

SILVA, Rosilene Pereira Barrento da. **Crianças com TEA na educação infantil: estratégias de inclusão baseadas em características sensoriais**. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica) – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, Neide Maria. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas colaborativas para estudantes com transtorno do espectro do autismo**. 2021. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2021.

SILVEIRA, Bruna Nathaly. **A política de educação inclusiva nas escolas municipais de Toledo – Paraná no período de 2008 a 2012: um estudo da implementação das salas de recursos multifuncionais**. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

VIANA, Isaac Pereira. **O processo de inclusão de crianças com o transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.